

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-4-2023.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Jonas Reis, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Engenheiro Comassetto, Idenir Cecchim, Pablo Melo, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga. Em Ato Solene alusivo ao 250º aniversário da Câmara Municipal de Porto Alegre, foram realizadas homenagens aos ex-presidentes deste Legislativo, com a entrega de diploma e medalha, e póstuma, a Mauro Zacher. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dez minutos às quinze horas e vinte e cinco minutos. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/23 (Processo nº 0055/23), de autoria de Biga Pereira, Cláudia Araújo, Giovanni Culau e Coletivo e Pedro Ruas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 031/23 (Processo nº 0068/23), de autoria de Márcio Bins Ely; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 160/23 (Processo nº 0319/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino. Foi apregoado o Processo SEI nº 036.00057/2023-88, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Maluco do Bem, dos dias vinte e cinco a vinte e oito de abril do corrente, na XXII Marcha dos Legislativos Municipais – em Brasília/DF. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia e Marcelo Sgarbossa, solicitando alterações na priorização da Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Alexandre Bobadra, Gilson Padeiro, Ramiro Rosário, Jonas Reis, Biga Pereira, Comandante Nádia, Pablo Melo, Tiago Albrecht e Marcelo Sgarbossa. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei do Legislativo 511/21 (Processo nº 1160/21), por duas Sessões. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando alteração na ordem de apreciação de itens constantes na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 358/22 (Processo nº 0709/22). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 065/23 (Processo nº 0257/23). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 071/23 (Processo nº 0310/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/23 (Processo nº 0103/23), discutido por Pedro Ruas. Foi aprovado

Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando adiamento de discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/23. Foi aprovado o Projeto de Resolução nº 081/21 (Processo nº 1257/21), por vinte e três votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, após ser discutido por Comandante Nádia, Biga Pereira, Mônica Leal, Engº Comassetto, Tiago Albrecht e Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. Após, foi apregoada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 175/21 (Processo nº 0463/21), de autoria de Jessé Sangalli, assim como foi aprovado o Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 às Comissões Permanentes. Às dezessete horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cláudia Araújo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde. Passo a palavra ao nosso Mestre de Cerimônias, Sr. José Luis Espíndola Lopes, para dar início à homenagem aos ex-Presidentes desta Casa.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Senhoras e senhores, boa tarde. Convidamos os ex-Presidentes a ocuparem a primeira fileira de cadeiras aqui em frente, para que a gente possa saber exatamente quem está aí. (Pausa.) Convidados para compor a Mesa desta homenagem o Sr. Prefeito Municipal Sebastião Melo, e a Ver.^a Maria Celeste, representando as vereadoras ex-Presidentes; convidamos também os membros da Mesa, o Ver. Moisés Maluco do Bem, a Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Alvoni Medina, o Ver. Airto Ferronato, a Ver.^a Lourdes Sprenger e o Ver. Aldacir Oliboni.

Passamos a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Hamilton Sossmeier.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde, é uma honra presidir esta sessão plenária especial e histórica para Câmara Municipal, onde celebraremos e homenagearemos os ex-Presidentes deste Legislativo, no ano em que a Câmara celebra 250 anos. Queremos lembrar e festejar a história do Parlamento da nossa capital, e nada mais oportuno para isso do que homenagearmos os homens e mulheres que doaram seu tempo e sua biografia para liderar os trabalhos desta Casa e que,

junto dos colegas vereadores, escreveram a história do Legislativo e, por consequência, da nossa cidade. Desde a criação deste Legislativo, em 6 de setembro de 1773, esta Casa já teve as mais diversas demandas, dentre elas, judiciárias, de fiscalização e até mesmo recolhimento de impostos. Já teve também os mais variados Regimentos Internos, sempre exercendo funções de extrema importância na construção do futuro da nossa Porto Alegre. Do primeiro presidente, Manoel Veloso Tavares, passando por centenas de líderes políticos que aqui escreveram esta história, foram centenas de histórias, debates e decisões aqui tomadas. O líder do Legislativo, em si, já teve também várias denominações, até se tornar, de fato, Presidente, cargo como conhecemos hoje. E nesse formato, iniciado em 1947, 53 homens e mulheres já ocuparam essa função. E é com muita alegria que homenagearemos muitos deles no dia hoje, em nome dos 36 vereadores desta legislatura e de toda a população de Porto Alegre. Muito obrigado a cada um dos senhores e senhoras pelo trabalho e dedicação. Parabéns a todos. Vida longa ao Parlamento da capital de todos os gaúchos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Passamos à entrega dos diplomas e das medalhas. No painel estão as fotos de todos os ex-Presidentes.

(Procede-se à entrega dos diplomas e medalhas.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Convidamos o nosso decano, Ver. Pedro Ruas, para fazer a entrega ao ex-Presidente Valdir Fraga. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Aldacir Oliboni para fazer a entrega ao ex-Presidente Luiz Braz (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Giovane Byl para fazer a entrega ao ex-Presidente Airto Ferronato (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. José Freitas para fazer a entrega ao ex-Presidente, ex-prefeito José Fortunati (Pausa.) (Palmas.)

Registramos a ausência do ex-Presidente João Antônio Dib, que se encontra internado no hospital. (Pausa.)

Convidamos a Ver.^a Fernanda Barth para fazer a entrega ao filho do ex-Presidente Eloy Guimarães, Sr. Paulo Guimarães. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Ramiro Rosário para fazer a entrega ao ex-Presidente Dr. Goulart. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Roberto Robaina para fazer a entrega à nossa ex-Presidente Maria Celeste. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Hamilton Sossmeier, Presidente da Câmara, para fazer a entrega ao nosso ex-presidente e prefeito municipal, Sebastião Melo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu quero convidar o Ver. Pablo Melo para que faça a entrega, com muita honra, prestigiando o seu pai. Isso é uma coisa rara na história, então, acho mais do que justo. (Pausa.) (Palmas.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Convidamos o Ver. Alvoní Medina para fazer a entrega ao nosso ex-Presidente Nelcír Tessaro. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Gilson Padeiro para fazer a entrega à nossa ex-Presidente, deputada Sofia Cavedon (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. João Bosco Vaz para fazer a entrega à Sra. Anete Zacher, em homenagem ao nosso sempre vereador, Mauro Zacher (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Conselheiro Marcelo para fazer a entrega ao ex-Presidente, deputado Dr. Thiago. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Alexandre Bobadra para fazer a entrega ao ex-Presidente Professor Garcia. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos a Ver.^a Comandante Nádia para fazer a entrega ao ex-Presidente e Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Presidente Hamilton Sossmeier para fazer a entrega ao ex-Presidente Cassio Trogildo. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos a Ver.^a Cláudia Araújo para fazer a entrega ao ex-Presidente Valter Nagelstein. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos a ex-Presidente Margarete Moraes para compor a Mesa.

Convidamos a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino para fazer a entrega à ex-Presidente Mônica Leal. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos a Ver.^a Mari Pimentel para fazer a entrega ao ex-Presidente Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Jonas Reis para fazer a entrega à ex-Presidente Margarete Moraes. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Ver. Mauro Pinheiro para fazer a entrega ao ex-Presidente Idenir Cecchim. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos o Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal, para fazer a entrega ao Presidente da Câmara, Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) (Palmas.)

Convidamos para fazer o uso da palavra, em nome dos ex-Presidentes, o Sr. Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre.

SR. SEBASTIÃO MELO: Querido Presidente Hamilton, eu quero cumprimentar o senhor, a Mesa Diretora e, de resto, os demais vereadores desta Casa da atual Legislatura, neste simbolismo de 250 anos que a nossa Câmara está fazendo, a cidade faz 251. Fazer o reconhecimento aos Presidentes que aqui passaram e dizer que me sinto honrado de poder representá-los aqui e dizer que uma cidade é feita de histórias de pessoas, e vocês, Presidentes, honraram a cadeira que hoje o Hamilton tem o acento. Eu sempre disse aqui nesta Casa, antes de ser Presidente e durante a presidência dos dois

anos, que o Presidente da Casa deve ser o equilíbrio da Casa. Eu convivi com muitos de vocês aqui, muitos de vocês me presidiram aqui, eu posso hoje, como prefeito da cidade – não estou aqui nessa condição, estou aqui como ex-Presidente –, dizer que vocês cumpriram papéis importantes na vida democrática do nosso País.

Esta Casa cumpriu, de 1773 até 1890, um papel de Executivo, porque esta Casa fazia o papel que os prefeitos hoje fazem. Depois vieram as juntas governativas; depois vieram as intendenções, que terminaram na década de 1930, quando Getúlio ascendeu ao poder; depois vieram os prefeitos, e esta Casa viveu vários momentos. Eu poderia lembrar de vários; aqui, na época da ditadura, se estabelecia de um lado, Ver.^a Mônica, a Arena e, do outro lado, o MDB; debates e mais debates nesta Casa, que servia de exemplo para o Brasil. Eram homens e mulheres com as suas convicções num tempo em que as ideias eram combatidas, mas se respeitava as pessoas; eu acho que isso está faltando no Brasil. Acho que pensar diferente é da democracia. (Palmas.) Não há democracia, se você não tem a possibilidade de pensar diferente; senão não é democracia, aí é estado único.

Depois, esta Casa, por exemplo, teve grandes vereadores, entre eles, o Klassmann e o Glênio Peres, que foi vice-prefeito desta cidade, que tem o nome do Largo Glênio Peres, que a ditadura cassou, mas que o Cleom Guatimozim, quando veio a anistia, reempossou esses vereadores, essa é uma de tantas histórias que teve nesta Casa.

Por isso, Presidente Hamilton, eu queria dar um abraço muito especial a todos vocês, mas especialmente ao senhor, e dizer: viva a democracia, viva Porto Alegre, a cidade da nossa vida. Esta cidade que nasceu com os casais açorianos, com sessenta casais açorianos que se somaram a dezenas de etnias, e Porto Alegre se tornou esta cidade acolhedora, empreendedora, que pensa diferente, que tem um controle social aguçado, maior do que qualquer cidade do Brasil. Mas também quero dizer que servi a esta Casa por 12 anos e, hoje, na condição de prefeito, também quero testemunhar que esta Casa nunca faltou à cidade. No ano passado, me perguntavam: “Mas tem eleição, como é que a Câmara de Vereadores vai fazer com os projetos?” Pois votou muito, com eleição, sem eleição, mesmo pensando diferente, mas eu quero dizer que, acima de tudo, nós temos um grande partido com aqueles que chegam aqui pela vontade popular; o nosso partido é Porto Alegre, com visões diferentes sobre a cidade. Então, parabéns, Presidentes, parabéns Presidentas, um grande abraço a todos vocês. A cidade é feita de histórias de pessoas e cada um de vocês tem um lugar marcado na história desta cidade, e ela é o que é graças aos prefeitos, intendentess e a todo o povo, mas também vocês tiveram um papel marcante para que a cidade chegasse onde chegou. Um abraço a todos, saúde e paz, estamos juntos! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Convidamos a fazer uso da palavra a nossa ex-Presidente, Sra. Margarete Moraes.

SRA. MARGARETE MORAES: Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar os vereadores e vereadoras desta Casa e sobretudo os ex-Presidentes que estão aqui presentes neste momento. Eu assumi a Câmara de Vereadores em março de 2003 e, ao final do ano, eu fui eleita, para 2004, a primeira presidenta mulher nesta Casa. Eu não falo em nome pessoal, pretendo homenagear todas as mulheres, sobretudo a Maria Celeste, que me substituiu, a nossa companheira Sofia Cavedon, ambas do meu partido, com muito orgulho nós defendemos as mesmas causas, as causas dos direitos de todas as pessoas, independentemente de qualquer situação e qualquer condição, de local de nascimento, idade, moradia, cor da pele, onde mora. Todas as pessoas devem ser respeitadas sempre e possuem direitos. tenho muito orgulho de estar aqui porque as mulheres exerceram um papel... A Mônica Leal também, minha amiga, nossa companheira, que é uma pessoa leal aos seus princípios, às suas ideias, e nós, sempre de lados opostos, conseguimos estabelecer um diálogo profícuo com a cidade de Porto Alegre, para o bem da nossa cidade. Somos estas quatro mulheres, eu acho pouco, eu acho que a gente deveria ter muitas outras mulheres assumindo cargos de direção, porque nós somos homens e mulheres, então são quatro mulheres em 250 anos de Porto Alegre. É muito pouco ainda.

A gente trabalha com arte, com cultura, com educação, com direito à cidade, com direitos de todas as mulheres. Quero dizer que foi uma mulher, no caso a Maria Celeste, que, pela primeira vez, inaugurou a devolução ao Executivo, à Prefeitura, daquilo que restou aqui na Câmara depois de um trabalho de um ano. Também foi criada, no Legislativo, a Procuradoria da Mulher, muito importante, Sofia Cavedon, Mônica, Celeste. A Mônica e a Sofia estão ali de mãos dadas. Perguntaram o que dizer da Mônica, e eu disse: “Que é leal.” Não é apenas no sobrenome, é uma pessoa muito honesta e muito sincera. Quero cumprimentar também todos os homens, os vereadores, só que a gente gosta de paridade e essa paridade está faltando ainda. Em 2023, precisamos de mais mulheres. Então quero cumprimentar o Presidente Hamilton por este momento, um momento de afetos, um momento de rever colegas, de rever as pessoas com que convivemos, que divergimos e que convergimos muitas vezes, então é o momento que a gente deve pensar no futuro do nosso País, sem ódio, sem violência, um futuro fraterno para todos nós. Muito obrigada. Parabéns. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero agradecer a presença de todos e parabenizar, mais uma vez, todos os ex-Presidentes; agradeço a toda equipe a organizar, a buscar nomes, ligar, fazer contatos. Nunca aconteceu na história da Câmara e, talvez, muito tempo para frente, possa acontecer esse encontro desses ex-Presidentes sendo honrados. Convidamos todos os ex-Presidentes para fazer o registro fotográfico. Primeiramente, só os ex-Presidentes aqui na frente e depois os vereadores e familiares que quiserem fazer parte da foto. A primeira foto será uma foto oficial, com todos os ex-Presidentes aqui. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h10min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h25min) Estão reabertos os trabalhos. Enquanto isso, os ex-Presidentes fiquem à vontade se quiserem participar da nossa sessão; sejam bem-vindos.

Queremos fazer uma saudação especial ao Ver. Marcos Paulo, do PSDB de Minas Gerais, que se faz presente na Casa. Seja muito bem-vindo.

Registro a visita orientada na Casa, num projeto de trazer e aproximar a Câmara Municipal da população. Estão presentes, no plenário Câmara de Vereadores, 47 alunos do Centro de Ensino Médio Pastor Dohms, unidade Zona Sul, acompanhados pelas educadoras Bárbara Rodrigues, Claudia Pilar, Nathalia Medeiros. Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo.

Registro que há um acordo entre lideranças para que o item 16 da priorização, PLL nº 511/21, seja apreciado em primeiro lugar.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias

Apregoo processo SEI nº 036.00057/2023-88, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que solicita representar esta Casa no evento XXII Marcha dos Legislativos Municipais, em Brasília/DF, no período de 25 a 28 de abril de 2023.

Apregoo processo SEI nº 118.00353/2023-88, de autoria do Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito de Porto Alegre, comunicando que se ausentaria do Município, das 13h do dia 25 de abril até as 12h do dia 30 de abril do corrente, para participar do evento “Cities Summit of Americas”, em Denver, nos Estados Unidos da América.

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 511/21, passar à discussão e votação do PLL nº 358/22. Após retornarmos à ordem normal. Explico: eu conversei com o líder do governo e com o líder da oposição e pedi essa gentileza; é um projeto sobre a Casa Colombo, que é uma entidade que cuida de HIV, pacientes com Aids; um projeto muito simples, só para transformar a Casa Colombo em um ente de utilidade pública. Tem o parecer favorável tanto da liderança do governo quanto da liderança de oposição, e está combinado não ter púlpito nem conversa nenhuma.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 358/22, passar à votação do Requerimento nº 065/23. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos escutam. É um pouco extenso o que eu quero alertar a todos que estão nos vendo, não só os políticos com mandato nesta Casa, mas os com mandato na Assembleia e, principalmente, os com mandato no Congresso. O [PL nº 2630](#), cujo nome é – olhem que coisa mais comunista, nome longo sempre é símbolo – Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, só o título já é coisa de distopia totalitária, onde se lê liberdade, é censura; onde se lê responsabilidade, é punição e perseguição; onde se lê transparência, é desinformação e contrapropaganda. É uma lei fascista defendida por fascistas, autoritários e inimigos da pluralidade e da democracia. O PL nº 2.630, que foi aprovado em regime de urgência para ser votado na semana que vem, é uma lei contra a pluralidade, é contra a democracia e é uma lei fascista. Eu digo isso porque toda ideia do PL cai por terra quando ela atribui a função de Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet, que na verdade é o ministério da verdade – ao estilo 1984, George Orwell – essencialmente composto por entes estatais com a função de fiscalizar as redes sociais, legislar sobre o que elas podem ou não fazer, além de organizar e impor regras a elas. Na prática, quem dominar essas indicações dominará o discurso na internet, em toda a internet. Não é difícil imaginar a gravidade disso, seja de direita, de esquerda ou de centro. Os que hoje apoiam tal medida, amanhã, podem ser os próximos alvos. É uma restrição absurda das plataformas. Nunca houve algo assim, a gente nunca viveu um nível de censura e autoritarismo como este. Ora, é preciso dizer que muitas dessas plataformas vão simplesmente impedir que se publique qualquer coisa que possa gerar divergência; vai ser como aquele filme *Minority Report*, vai ser um pré-crime, seremos julgados antecipadamente, e isso é muito grave. Quer dizer, então, a versão oficial, chapa-branca, de governo, passará a ser a verdade porque são os entes estatais que vão julgar? E a oposição fala só mentira? Quem julga os julgadores? Quem define a verdade? Na era das narrativas e da pós-verdade relativista, quem paga as agências de *fact-checking*? Onde se formam as regras e as pessoas que trabalham nelas? Qual a ideologia dessas agendas? A que partido interessam? Quais os interesses por trás

dessas agências? Destruição de rótulos mentirosos será *fake news*? Cuba, Venezuela, China, Coreia do Norte não são democracias, vou poder dizer isso na era da PL nº 2630? E os *fact-checking*, quem checa os checadores? Isso é muito sério.

Outra questão que está passando despercebida e é extremamente perigosa, se não a pior das ferramentas de censura, a indexação ou a desindexação de conteúdos por mecanismos de busca. Colega Ferronato, o senhor sabe o que significa isso? Significa, de forma prática, conteúdos que sejam apontados como indevidos na internet, por esses checadores e por entes estatais, vão sendo absolutamente apagados e suprimidos das redes sociais por essas agências de checagem que ninguém sabe a quem atende e ninguém sabe quem financia. Aliás, muitas dessas, financiadas pela Open Society e outras fundações ligadas ao Jorge Soros e aos globalistas como a Ford Foundation, a Kellogg Foundation, a Rockefeller Foundation, todas elas juntas adoram esconder a verdade e trabalhar com a desinformação, porque são grandes corporações. E me admira ver a esquerda defendendo grandes corporações que esmagam os indivíduos, que passam por cima da cidadania e impõem regras terríveis, financeiras, de cima para baixo.

Para concluir, Presidente, em outras palavras, é literalmente apagar a pessoa física ou jurídica da internet, tornando impossível localizá-la. Em outras palavras, não teremos em vigor um direito de ser esquecido, mas um dever de sermos apagados do mundo virtual pelos mecanismos de busca, por simples indicação do Conselho de Transparência, ou seja, ministério da verdade, ministério que é da desinformação. Por último, quem defende isso meus amigos? É o fim da divergência política, é o fim da oposição sobre qualquer regime. Isso não é democracia, isso é o verdadeiro fascismo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, quero falar sobre um tema importante que é a imagem da Câmara de Vereadores Porto Alegre. Eu vou pedir para o pessoal da assessoria técnica para colocar um vídeo aqui que vocês vão entender rapidamente a nossa pauta.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pessoal, as imagens falam por si só. Este rapaz, ex-BBB 5, campeão do BBB, é um destruidor das famílias, tudo que há de mal no mundo é representado por este rapaz, que foi eleito deputado federal e milagrosamente abriu mão do mandato para morar nos Estados Unidos. Mas que coração grande! Ele foi eleito deputado federal e abriu mão do mandato pelo seu amigo e foi morar nos Estados Unidos, mas às custas de quem, Ver.^a Fernanda Barth? Quem está pagando

esta conta, Ver.^a Nádia? Ele cuspiu na cara do ex-Presidente Jair Bolsonaro e foi punido pela Câmara Federal, pela Comissão de Ética, assim como outros parlamentares desta Casa já foram punidos por condutas inapropriadas. É por isso que nós protocolamos aqui, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, capital dos gaúchos, Poder Legislativo Municipal, a revogação do prêmio concedido, em 2015, a esse canalha. Esperamos que seja cassado o prêmio concedido ao Jean Wyllys, ex-deputado federal, BBB. Eu tenho certeza que nós temos votos suficientes para cassar o prêmio deste destruidor das nossas famílias.

Querem impor a censura no nosso País; por 238 votos favoráveis à tramitação, aceleraram um projeto, contra 192 que votaram pela rejeição da urgência. A vereadora que me antecedeu, brilhantemente, trouxe números, de forma sensacional, que comprovam que renascerá um projeto de censura no nosso País. A pessoa que vai ficar responsável pela censura, é coordenador da coordenação do projeto de censura... são 26 palavras que compõem o nome do cargo, é, de forma inédita, quase que um tribunal de exceção. Essa pessoa, nomeada pelo governo federal, pelo ex-condenado, ex-presidiário, Luiz Inácio Lula da Silva, que vai decidir no Brasil o que é mentira e o que é verdade; uma única pessoa vai decidir o que é e o que não é *fake news*. Olha o nome do cargo, e não é brincadeira: coordenadora da coordenação de políticas para a liberdade de expressão e enfrentamento à desinformação da coordenação geral de liberdade de expressão e enfrentamento à desinformação do departamento de promoção da liberdade de expressão da secretaria de políticas digitais da secretaria de comunicação social da presidência da República. Não é brincadeira! Eles estão utilizando um nome bonito para determinar quem vai decidir o que é mentira e o que é verdade no nosso País. Hoje pode ser a última vez que um parlamentar vai poder usar a tribuna para falar a verdade, porque quem vai decidir o que é verdade ou o que é mentira vai ser essa pessoa nomeada pelo Presidente Lula. Quero dizer a vocês que eu estou muito preocupado com o nosso País.

(Apartes antirregimentais.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Eu me calo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier; boa tarde colegas vereadores e vereadoras; boa tarde a todos que nos assistem. Hoje eu quero falar um pouquinho da saúde da cidade de Porto Alegre. Começo falando do nosso Hospital Vila Nova, Grupo Hospitalar Vila Nova, presidido pelo Dr. Dirceu Dalmolin, que, em 2018, conseguiu fazer um trabalho junto à Prefeitura, na época, assumindo o Hospital Restinga e muitos hospitais pelo interior do Estado. Agora a cereja do bolo: no último dia 24, bateram o martelo num leilão judicial

assumindo, nada mais nada menos, do que o Hospital Parque Belém, essa é uma conquista muito grande para a cidade de Porto Alegre, uma conquista muito grande para região Sul e Extremo-Sul. Nós sempre estamos preocupados com a nossa saúde, e mais um hospital funcionando é muito bom.

Quero parabenizar a gestão do Hospital Vila Nova, do grupo hospitalar, a sua direção, o Dr. Dirceu Dalmolin, toda a sua equipe médica, sua equipe diretiva, e dizer que é uma conquista muito grande para a nossa cidade. Um abraço a todos e muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Agradeço o tempo de liderança cedido pelo nosso líder Idenir Cecchim. Presidente Sossmeier, meus caros colegas, nós temos aqui uma denúncia de fraude contra o consumidor porto-alegrense, contra aquele cidadão de Porto Alegre que acha que está indo numa lojinha, numa tenda do movimento dos ditos trabalhadores sem-terra, o MST, e lá está comprando aquele que é consagrado, que eles gostam de fazer a propaganda, o arroz orgânico, o arroz, segundo eles, sem agrotóxico, que é o termo que eles utilizam para os defensivos agrícolas de forma pejorativa. Vendem gato por lebre! Fraude, *fake news*! Aqui está um desses produtos que é vendido nas lojas do MST. (Mostra saco de arroz.) Este arroz aqui, por exemplo, foi produzido em Eldorado do Sul, beneficiado em Nova Santa Rita, e é comercializado aqui na nossa cidade como um produto orgânico sem o uso de defensivos agrícolas. Mas a companheirada do MST não imaginava que nós iríamos e teríamos condições de mandar fazer uma análise de laboratório sobre esse produto que eles estão vendendo. E não escolhemos qualquer laboratório, escolhemos o Laboratório de Análise de Resíduos de Pesticidas, da Universidade Federal de Santa Maria, e, para evitar o componente político, qualquer desvio moral na análise desses produtos que para lá foram encaminhados, fizemos ainda o teste às cegas, tudo devidamente registrado em ata notarial, em cartório, com os lacres, para comprovar que aqueles produtos, de fato, eram os mesmos vendidos pelo MST nas suas lojas, nas suas tendas, no seus briques.

Para nossa surpresa, ou não tão surpresa assim, o que foram encontrados dentro desses produtos? Em 54 tipos de insumos, de componentes que são utilizados em defensivos agrícolas, há mais que o dobro do mínimo detectável. No componente quinclorac, que é um defensivo agrícola muito utilizado na lavoura de arroz, em outras culturas também, a aparição está mais de três vezes daquele que é o mínimo detectável. Ou seja, o arroz orgânico do MST é arroz *fake*, é fraude, é crime de propaganda enganosa. Por isso eu e o colega Gilson, vereador de Nova Santa Rita, apresentamos uma denúncia formal ao Ministério Público Federal, para que seja conduzida a investigação por crime de propaganda enganosa, por ferir a lei, por enganar as pessoas. Não farei o julgamento aqui especificamente sobre o que elas pensam, talvez elas pensem que estão salvando o mundo ao consumir produtos orgânicos, talvez elas pensem que, ao consumir produtos

orgânicos do MST, estão ajudando a uma causa, mas, na verdade, estão sendo tiradas para trouxas pela própria companheirada do MST. O MST faz de trouxa os seus clientes, as pessoas que vão lá comprar o arroz que deveria, segundo ele, ser orgânico e não apresentar nenhum resíduo de agrotóxico, como eles chamam os defensores agrícolas. Para minha surpresa e também, confesso, não tão surpresa assim, sob forte pressão, o LARP, da Universidade Federal de Santa Maria, agora disse: “Não, pera aí, não é bem assim; não tem apresentação de componentes de produtos de defensivos agrícolas nos lados apresentados.” De duas uma: ou mentiu na execução do laudo, porque era feito às cegas, e não poderia daí dizer que é do MST ou não é do MST; ou está mentindo agora. Então que venha a público aqui o coordenador da Universidade Federal de Santa Maria para colocar o seu próprio trabalho em xeque, para ele assumir a sua mentira, antes ou agora. O fato é que os laudos apresentados comprovam, e comprovam de forma transparente, cristalina, Presidente Sossmeier, que há defensivos agrícolas nos ditos arroz orgânicos do MST.

Já fica aqui a sugestão aos nossos colegas vereadores que fazem parte da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa – o Bobadra faz parte da Comissão de Defesa do Direito do Consumidor –, Bobadra, tem que chamar aqui, tem que explicar, tem que acompanhar essa denúncia no MPF, acompanhar essa investigação, porque estão fazendo os consumidores porto-alegrenses e gaúchos de trouxas. É fraude. É crime.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate; estes três vereadores que aqui subiram são apaixonados pelo bolsonarismo. Eles não vieram aqui cobrar que a Escola Loureiro está fechada porque tinha bicho morto na caixa d'água; para eles, as crianças que não estão tendo o direito à alimentação, ali na Cruzeiro, não importam. Eles não vieram falar aqui da superlotação das UTIs na capital, que até agora o secretário de saúde municipal não fez um pronunciamento. Eles não vieram, moradores da cidade, falar aqui da vacina que está liberada em nível nacional a partir dos 18 anos, que Porto Alegre não está dando. Eles não vieram aqui falar do comércio da Av. Carlos Barbosa, que reduziu em 50% o seu faturamento, porque a obra está parada, paralisada, pois a Prefeitura, inoperante, não consegue sequer tocar uma obra, uma única obra da cidade. Eles não falam que tem gente que está ali há dois anos, que começou um comércio, e faz um ano e meio que o prefeito promete, todo mês, que vai encerrar, vai liberar e vai desobstruir. Uma barbearia, onde eu estive hoje de manhã, na Rua Sepé Tiaraju, um barbeiro empreendedor – vocês, Ramiro, que gostam de falar, que defendem o empreendedorismo –, ele tinha sete funcionários, agora tem apenas dois. Sabem o que é isso? Vocês e o governo Melo geram desemprego na cidade. Mas aí o senhor vem aqui falar do arroz, dos defensivos agrícolas, quando o governador dele, o Leite, liberou uma lista enorme de agrotóxicos que estão envenenando o povo gaúcho. O

governador dele adora um agrotóxico, só não sei por que, eu ainda vou descobrir. Aí ele vem falar, encher a boca, e ele nem vermelho fica. Eu até fico vermelho por ele, porque eu sou vereador junto com ele, e ele não enxerga os problemas da cidade. Ele vem falar de Nova Santa Rita, de Viamão, ele foi eleito por Porto Alegre, é Porto Alegre que paga o seu salário, o senhor tem que trabalhar por Porto Alegre. Quando o senhor se elegeu deputado, vai poder falar de outros municípios. A mesma coisa a Fernanda Barth, que vem aqui falar que é contra o PL que vai combater as *fake news*. Por que, vereadora? Se o PL vai combater as contas automatizadas, que vocês dão um cliquezinho e ficam falando mal, como eu vi aqui, há dois anos, darem um clique nesta cidade e falarem mal de uma vereadora de direita, que era a Mônica Leal. Deram um cliquezinho automático, estava no Zap de todo o mundo. Quem é que deu esse clique? Pois esse PL de combate às *fake news* é para combater quem ataca figuras públicas, quem ataca histórias e trajetórias, quem não tem pudor. E mais do que isso, quem fica lá fazendo impulsionamentos que a gente não sabe de onde sai o dinheiro. Pois esse PL vai mapear de onde sai o dinheiro dos patrocínios no Facebook, no Instagram e em outras redes sociais. Esse PL vai mapear os critérios dos algoritmos que entregam determinados conteúdos e outros não. Esse PL vai criminalizar e botar na cadeia quem hoje espalha notícia incitando o ódio e a violência dentro das escolas contra as crianças e os adolescentes. Esse PL vai incluir nas redes sociais o debate sobre imunidade parlamentar, porque, se tu falas numa tribuna, tu também tens que ser responsabilizado por falar no Facebook mentiras, iludir a população como fizeram em 2018, estelionato eleitoral. Disseram que ia aumentar o emprego no Brasil, que ia acabar com a suposta roubalheira, e agora saiu descoberto caminhões de joias que eles botavam no bolso para passar na alfândega. Eles carregavam numa sacolinha, que chinelagem, descer no aeroporto com uma sacolinha de joia das Arábias. Isso não vai ser mais permitido no Brasil, isso vai ser criminalizado pelo PL das *fake news*, o estelionato eleitoral.

Então, nós vamos ter, sim, meus amigos, uma agência reguladora das mídias digitais para este bando de desocupados, mentirosos de Facebook e Instagram, que nunca botou o pé numa vila, que não sabe o que é uma criança passando fome, não sabe o que é um trabalhador sem emprego. Fica aí espalhando, falando contra a ciência, mentindo contra a vacina. Matou mais de 700 mil pessoas no Brasil essa discussão, dizendo que vacina não servia, que vacina era contra a vida.

Para concluir, Presidente, vocês todos que gostam de mentir, até terça-feira, podem continuar pinóquios do Brasil! Pode continuar crescendo o nariz de vocês, mentirosos, mas, a partir de terça-feira que vem, as algemas vão trabalhar, e muita gente vai dormir lá vendo o sol nascer quadrado, bem quadrado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, caros vereadores e vereadoras, eu subo a esta tribuna para parabenizar as escolas, especialmente seu corpo diretivo e os professores, que, na semana passada, desenvolveram várias atividades com iniciativas da educação para a paz. Os discursos de ódio devem ser banidos do espaço escolar e trocados pela cultura da paz. Nas escolas municipais tivemos, repito, por iniciativa de professores, especialmente de professoras, no dia 20 de abril, muitas dessas iniciativas e que às vezes passam batido. É bom vir aqui neste microfone e falar das atividades, dos debates nacionais, sim, porque nós não vivemos numa ilha, e isso nos atinge, Ver. Pedro Ruas, mas nós precisamos identificar os problemas da nossa cidade e como nós podemos ajudar a resolver. Nesse sentido, eu preciso aqui parabenizar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Novo, pois houve lá o Dia do Afeto, numa ação coletiva em prol da paz. Na escola Guerreiro Lima, uma dinâmica de empatia deu o tom do dia. Na Anísio Teixeira, o dia foi de união, paz e amor – palavras que foram escolhidas pelas crianças da escola, olhem só! –, mas também foi um dia de muita reflexão, de reuniões, como em tantas outras, onde encararam a falta de segurança e que tiveram que enfrentar sozinhas, dentro da escola. Eu digo sozinhas porque a falta de RH nas escolas chega a ser uma calamidade. É difícil tu chegares numa escola em que a reivindicação não seja a falta RH nas escolas! Isso é novidade para algum vereador, para alguma vereadora aqui? A Escola Pessoa de Brum, na semana passada, por falta de portaria, fez com que uma criança fosse levada da escola, Ver. Prof. Alex, por um homem estranho àquela escola, estranho à vida daquela criança. O bairro precisou se mobilizar para encontrar a criança que, felizmente, foi encontrada na casa de uma pessoa visivelmente drogada, e a criança estava sob a sua guarda. Por quê? Como é que uma criança de oito, nove anos sai da escola, sem nenhum problema, com uma pessoa estranha? Certo que falta ali RH que pudesse atender o portão dessa escola. Sabemos que muitas escolas hoje tem vigia terceirizado, o que ele faz lá? Ele cuida do patrimônio, ele está lá para preservar o patrimônio, não a comunidade escolar, isso é grave! Daí eu pergunto: as nossas energias, dos vereadores, das vereadoras, estão voltadas para onde senão para esse problema tão sério na nossa cidade? As crianças autistas, que tanto aqui é falado, como é que está a orientadora lá dentro da escola? O SOE? Tem recursos humanos para atender? Fala-se em inclusão social – e eu luto por ela! –, mas nós precisamos dar condições para que a equipe diretiva possa atender essas crianças e, de verdade, incluí-las. As comunidades estão clamando por soluções que levem a sério a escola, a educação desta cidade, uma educação que se importe com a vida das professoras, dos alunos. Por isso nós estamos muito atentos a esse debate, é preciso linkar inclusive esse debate com essa visão liberal de que a escola é para formar para o trabalho; não, a escola é para formar para vida! Para vida! Portanto, eu quero sociologia, eu quero filosofia dentro da escola, eu quero educação midiática dentro escola!

Para finalizar, eu quero dizer, Presidente Sossmeier, que as *fake news* cumprem papel decisivo neste debate ao enfrentamento da violência, e é justo que esta Casa precisa estar presente neste debate, precisa identificar inclusive que não é possível que a internet seja um espaço sem lei, um espaço onde não tenha a transparência de quem

está financiando as *fake news*, as redes de ódio! Quem financia o nazifascismo neste País?! Por isso todo apoio ao nosso deputado Orlando Silva, nosso relator das *fake news* na internet. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Sr. Presidente, quero agradecer aqui a líder do meu partido, Ver.^a Mônica, pela cedência do espaço de liderança do PP, e quero falar, Ver.^a Fernanda, Ver. Ramiro, que é uma tática muito interessante do PT, do PSOL, do PCdoB distorcer o que está sendo falado. O pessoal passou quatro anos enchendo o saco do Bolsonaro e agora são, exatamente, eles que não querem que nós subamos aqui nesta tribuna e possamos falar desse desgoverno. Ora, a censura já começa aqui dentro da Câmara. E para aqueles que estão nos ouvindo, aqueles que estão nos acompanhando, tenho a dizer que tudo que acontece no governo federal tem, sim, muita atenção e tem muito a ver com o governo municipal, com o governo estadual. Aqueles que não falam sobre o que acontece em nível federal não poderão depois reclamar que atitudes, medidas que vão estar sendo implementadas aqui no nosso Município e também no Estado aconteçam porque aqui nesta Casa de parlamentares, Ver. Jessé, nós não podemos falar por conta desses partidos de esquerda, que agora querem ser sensores dos vereadores que sobem aqui e querem falar sobre esse PL n^o 2630, que é um absurdo dos absurdos. Aliás, é o projeto mais fascista que eu já vi na minha vida. Esse, sim, é um projeto fascista. Esse é um projeto da antidemocracia, é um projeto de governo totalitarista, como está se mostrando este governo do Presidente Lula. E aqui eu trago informações muito importantes, a quem interessa que esse PL seja, efetivamente, aprovado ou não rapidamente, sem nenhuma discussão nas comissões: interessa àqueles que querem botar o pano para tapar a sujeira que está acontecendo. Diz o ministro Dino, abre aspas, “ A liberdade de expressão não está em risco quando se regula a própria liberdade.” Ora, é um jogo de palavras, é uma ignorância o que está sendo dito. Desde de quando liberdade é regulada? Regula-se aquilo que nós queremos oprimir, se regula aquilo que nós queremos censurar. E me admiro de deputados federais terem aprovado a urgência de um projeto que deveria, sim, ser discutido por todos e estar, na semana que vem, sendo votado. E aqui eu trago o perigo desse projeto; agricultores, como há pouco falou o nosso querido Ramiro, que defendem e dão a sua opinião sobre defensivos agrícolas, poderão estar correndo o risco de não fazê-lo mais. Pessoal do centro e da direita, uma vez que falem mal do desgoverno, podem ser censurados e terem sua rede derrubada; empresas, olhem o detalhe, empresas como YouTube poderão, sim, sair do Brasil, porque esse projeto prevê obrigações inexecutáveis. É um absurdo esse projeto; mais do que isso, quem fala mal do MST, e se por acaso um censor, alguém não gostar do que foi dito, a sua conta, a sua liberdade de expressão poderá ser cassada, Ver. Tiago. Mais do que isso, Alexandre de Moraes mandou retirar, à época da eleição, os *posts* da

fala do Lula, que diziam que Meis, microempresas e que trabalhadores autônomos não eram trabalhadores, foi mandado tirar, sendo que era verdadeira e autêntica a fala do Lula. Senhores, estamos num momento muito, muito difícil do Brasil, em que querem votar a cassação da liberdade das pessoas no afogadilho, num momento em que um governo, que se diz dos pobres, que aumenta impostos, que aumenta para aquele que vai descontar imposto de renda, quer mostrar seu totalitarismo, autoritarismo. Não poderemos mais dizer que Lula foi preso em três instâncias, porque, para alguns, isso não aconteceu. Ou seja, volto a dizer, procurem os seus deputados, procurem os seus senadores e digam que esse projeto é não; governo totalitarista está em Cuba, na Venezuela, em outros países. Esse projeto é o projeto do fascismo, e fascistas não passarão. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer ao Ver. Idenir Cecchim pelo tempo de liderança do MDB. Já quero fazer uma retificação, Ver. Pedro Ruas, a quem eu tenho um grande apreço, na última sessão nós tivemos embates calorosos aqui, quero só registrar o meu respeito pelo grande vereador que o senhor é, embora a gente pense, muitas vezes, diferente. Então o senhor imagine, Ver. Pedro Ruas, eu vejo o meu pai, o prefeito Sebastião Melo; falo, Ver. Tiago Albrecht, de lideranças históricas do meu partido, como o Pedro Simon, como o Idenir Cecchim, que lutaram por liberdade neste País junto com o meu pai, lá no início no MDB histórico, o Fogaça, o Ulysses Guimarães e outras tantas lideranças que lutaram por liberdade em nosso País e hoje nós vemos um PL – que, na terça-feira que vem, deve ser votado no Congresso – que a gente muito bem tem que chamar de lei da mordaza e da censura. Muito se falou no governo anterior; chamaram, achincalharam o presidente anterior de tudo que era nome, Ver. Cecchim, que era genocida, nazista, fascista, que o presidente anterior era do pior dos mundos; e não houve nenhuma regulação de mídia em nosso País. Nunca se busca a democracia sem democracia, a democracia a gente faz com mais democracia. Esse PL da censura, Ver.^a Fernanda Barth, que, aliás, não teve nenhuma discussão no Congresso, pois foi colocado em regime de urgência na Câmara, exatamente para não ter discussão, isso é um retrocesso para a nossa democracia. Este governo atual parece que é um governo de revanche, um governo de vingança a todos aqueles que pensam diferente dele. Então, como disse o próprio Ver. Bobadra agora há pouco aqui na tribuna, infelizmente, pode ser uma das últimas vezes que nós possamos nos manifestar aqui com toda a liberdade necessária para o mandato, ou que qualquer cidadão possa se manifestar. Existem dispositivos legais para processar aqueles que passam do limite do aceitável, injúria, difamação, enfim, existem dispositivos legais nesse sentido. Então esse PL da censura e da mordaza nós temos, sim, Ver. Pedro Ruas, que denunciar porque hoje somos nós – é o governo de revanche, pelo que estou vendo –, mas amanhã pode ser que esta lei da

mordança e da censura pegue um outro polo político. Então venho aqui denunciar, e eu posso, Ver. Tiago Albrecht, fazer a minha parte olhando para o meu partido e sabendo que todos os partidos têm os seus problemas. Eu tenho uma bancada gaúcha que tem três deputados federais, e vi que um deles votou para colocar no regime de urgência. Nós estamos atentos, e eu não vou me furtar de vir a esta tribuna ou em qualquer outro lugar, seja na televisão, no rádio ou em rede social, onde for, denunciar, porque daqui a pouco pode estar havendo compra de voto no Congresso, e eu não quero pensar que qualquer deputado ou parlamentar do nosso partido possa estar fazendo esse tipo de coisa, estar trocando apoio por cargo em estatais aqui no Rio Grande do Sul. Não quero pensar isso, e também acredito que não vai acontecer isso, mas nós estamos atentos porque pode estar, sim, acontecendo compra de votos para que o PL da mordança e da censura e da vingança petista passe na terça-feira no Congresso, e isso nós não podemos deixar e não podemos aceitar. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Hamilton Sossmeier, senhoras e senhores colegas, público que nos assiste em Porto Alegre e no Brasil. É sério o que está acontecendo, Ver. Pablo, e V. Exa. recortou muito bem o momento do que está acontecendo no Brasil. Temos um condenado em segunda instância, Arthur Lira, que só pode concorrer com uma liminar de um juiz amigo, daquelas liminares que a gente não entende por que são exaradas, e hoje é presidente da Câmara dos Deputados. Um condenado em segunda instância! Na Presidência da República, um condenado em terceira instância, que foi descondenado também com ajuda de amigos na Suprema Corte. Temos um juiz, ministro da Suprema Corte, que rasgou a sua tese de doutorado, compilado em 2002, onde diz que não era bom ir da política para o judiciário – a saber, Alexandre de Moraes –, rasgando, portanto, a sua tese de doutorado e aceitando a vaga na Suprema Corte, não obstante ter sido tucano. Vimos ontem o Xandão fazendo *lobby* em Brasília, algo vergonhoso para a história da Suprema Corte; algo vergonhoso para a história do Parlamento, pois a nossa Constituição versa: os poderes são harmônicos, porém, independentes. Foi lá o Xandão fazer *lobby*, fazer pressão, assim como foi o Barroso fazer pressão quando da lei do voto impresso, quando outros ministros atravessaram a Praça dos Três Poderes para fazer *lobby*, para fazer pressão contra parlamentares. Por isso é muito importante que a sociedade civil organizada se reúna contra esse absurdo que está por ser cometido.

Parabenizo o Ver. Pablo Melo, assim como eu, jovem neste Parlamento, mas que com altivez veio aqui defender a cobrança de um parlamentar do seu próprio partido! Que, rasgando a história da liberdade do MDB, velho de guerra, vereador, vota a favor da urgência na censura; parabéns, vereador! Assim como nós do partido NOVO, estamos nos mobilizando, líder Cecchim, em Brasília, com Marcel Van Hattem, Adriana Ventura,

Gilson Marques, Senador Girão contra este absurdo. Não nos calaremos. Eles não vão nos censurar. Esta PEC da revanche vermelha, Ver. Gilson Padeiro, não vai prosperar no Brasil, pois é um Brasil livre!

E gostaria também, Presidente Sossmeier, aproveitar o tempo de liderança em nome do partido NOVO e saudar a inauguração do Shopping Pontal, que finalmente foi inaugurado nesta cidade. Se nós dependêssemos, Ver.^a Fernanda Barth, da esquerda, não teríamos Uber, se dependêssemos da esquerda desta capital, não teríamos a orla. Lembrem o que fizeram com o Jaime Lerner, meu conterrâneo do Paraná? Se dependesse da esquerda, não teríamos o Araújo Vianna; não teríamos o Cais do Porto e não teríamos o Pontal. Em 2008, a região do Pontal enfrentava obstáculos, regulamento urbanístico, isso acabou desvalorizando a área e, por pressão de esquerdistas, o resultado, aquilo que a esquerda sempre entrega, abandono, uma área abandonada marcada por insegurança e consumo de drogas. O projeto passou por diversas reformulações e, justiça seja feita, no governo Marchezan, ela deslanchou e hoje no governo Melo ela pode ser inaugurada. Todo esse processo que atrasou o desenvolvimento da área, mantendo-a insegura, desvalorizada, achacada por grupos de pressão, por sindicatos, tudo isso passou, assim como a orla, como o Araújo Vianna, como a Uber, agora nós temos o Pontal do Estaleiro. E tenham certeza, a esquerda vai estar lá, curtindo, mas podem ir esquerda, pois o capitalismo sempre vence. Viva a liberdade, viva o empreendedorismo, viva àqueles que enxergam uma Porto Alegre próspera e livre. Vida longa ao nosso Pontal Shopping, ao Pontal de nossa Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Uma boa tarde a todos e todas. Quero agradecer aqui ao Ver. Roberto Robaina, por intermediação do Ver. Pedro Ruas, que me concede a possibilidade de falar aqui em nome da nossa oposição. Eu não posso deixar, Ver. Tiago, de dizer uma frase: esta Porto Alegre que o senhor pintou aqui é uma Porto Alegre que, talvez, é a sua Porto Alegre, a Porto Alegre das periferias não está tão bem assim como o senhor coloca. Mas eu não subi aqui para falar sobre isso, porque o senhor foi uma verdadeira metralhadora aqui sobre vários temas. Eu subi aqui para falar do tema que o Ver. Ramiro Rosário traz a esta Casa. Vejam, confundir liberdade de expressão com uma mentira tem uma distância enorme, Ver. Pedro Ruas. Essa aqui é uma carta do coordenador do laboratório da Universidade de Santa Maria que, em análise, esclarece, a quem possa interessar, que os laudos atestam que não há resíduos, não há contaminação por agrotóxicos. Então eu lamento que o Ver. Ramiro Rosário, de forma totalmente irresponsável, buscou – ele também disse que está baseado num laudo –, mas não deu a possibilidade de escutar um outro lado. Vejam, o mesmo laboratório, o coordenador do laboratório está dizendo que não há resíduos de agrotóxicos nas amostragens do arroz do MST.

Eu queria aqui fazer um parêntese para me solidarizar com o Dep. Dionilso Marcon, que há sete dias foi vítima de uma agressão do filho do Bolsonaro, do Eduardo Bolsonaro. O Dep. Marcon é um assentado da reforma agrária, mora desde o início no assentamento Capela, tive a oportunidade de conhecer. E, por isso, Ver. Ramiro, esse tema tem que ser tratado com extrema responsabilidade, extrema responsabilidade. Não há dúvida, a ciência não coloca mais em dúvida que os agrotóxicos têm causado câncer, suicídios, e uma série de problemas que estão cientificamente comprovados. Então, colocar em dúvida, não que não possa ter dúvida, é da democracia duvidar das coisas. Eu não estou aqui censurando, mas aqui tem que subir com informações conclusivas, porque algo tão responsável, tão importante, não pode ser tratado de forma sem pelo menos ouvir a outra parte. Eu não ouvi aqui o senhor dizer que consultou o MST antes de fazer a divulgação.

Presidente, o Ver. Ramiro talvez queira falar na sequência, eu lhe daria um aparte inclusive...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não pode. Em liderança, não pode.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Então, para concluir. Nesta região de Nova Santa Rita, há uma grande discussão inclusive sobre a criação de um polígono de exclusão da pulverização aérea, porque justamente através da chamada deriva é que muitos dos produtos, muitos agricultores que não usam agrotóxicos acabam tendo agrotóxico nas suas lavouras. Isso é problema não só para o MST. Na região de Santa Maria, vários agricultores que não têm nenhuma relação com o MST se queixam justamente pela questão da deriva: o excesso de agrotóxicos utilizados por esses aviões pulverizadores acaba – como o nome diz – derivando para lavouras que utilizam menos ou não utilizam agrotóxicos. Então eu trago aqui não a questão de censura, como foi dito, é livre o vereador, a vereadora, o parlamentar em geral para subir e trazer o tema que bem entender, mas em temas importantes que tratam da saúde da população e tantos outros que lidam com a vida das pessoas é importante a extrema responsabilidade, e responsabilidade significa ouvir todos os lados. Se o senhor tem um laudo, e aqui temos outro laudo, só isso gera um motivo de dúvida para não trazer a público tal informação. Eu lamento muito essa posição, o senhor tem todo o direito de trazer a público, está aqui uma outra posição, também assinada pelo coordenador do laboratório, se é um laudo ou não é um laudo é uma outra questão, mas aqui tem uma posição oficial de um coordenador da mesma instituição em que o senhor se baseia, dizendo que não é verdade o que o senhor trouxe aqui. Então, no mínimo, isso seria um motivo de dúvida e do princípio da precaução em relação a algo tão sério como é o uso de agrotóxico aqui no nosso Estado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h35min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Registro que o Ver. Cassiá Carpes fez um procedimento cirúrgico; segundo informações do Dr. Thiago está bem. Em nome da Casa, queremos desejar as melhores e a pronta recuperação da cirurgia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, primeiro quero agradecer ao Ver. Cecchim, bem como a todas as lideranças da Casa que concederam a oportunidade de termos agora a primeira votação do projeto do Ver. Roberto Robaina, o PLL nº 511/21. Entretanto, como a possibilidade de negociação com o próprio governo e de aprovação, eu solicito – agradeço muito –, o adiamento da discussão deste projeto por duas sessões. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, queria propor aos colegas vereadores para que a gente vote em alguns projetos que possam ser feitos por aclamação, para pouparmos um pouco a diretoria legislativa de fazer essas chamadas. Então, se tivermos alguns projetos que possam ser votados por aclamação, eu acho que seria interessante e nós faríamos com que esta sessão fosse muito produtiva.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação, O Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia solicitando alteração da ordem de votação, para que seja votado em seguida o PLL nº 358/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que o Requerimento nº 065/23 seja votado após o PLL nº 358/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 358/22 e do Requerimento nº 065/23, passar à votação do Requerimento nº 071/23. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0709/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 358/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que declara de utilidade pública a Associação Literária São Boaventura – Casa Fonte Colombo. (SEI 025.00065/2022-54)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- incluído na Ordem do Dia em 15-02-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL 358/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 065/23 – (Proc. nº 0257/23 – Ver. Marcelo Sgarbossa) – requer a constituição da Frente Parlamentar da Emergência Climática. (SEI 041.00036/2023-57)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 065/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 071/23 – (Proc. nº 0310/23 – Ver^a Biga Pereira) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores de Empresas Terceirizadas. (SEI 299.00054/2023-53)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 071/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver.^a Biga.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0103/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/23, que revoga o § 5º do art. 6º da Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015. (Certificado de Compensação por Transferência de Serviços Ambientais/CCTSA) **(SEI 118.00256/2023-95)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver.^a Mônica Leal: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-04-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE nº 002/23](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras e vereadores, público que nos dá honra pela TVCâmara ou que está presente na Casa; o que observei neste projeto, e falava com a nossa assessoria de bancada e também de bloco, é que não está claro. Ele é muito obscuro, Ver. Oliboni, porque o que nós temos? O que nós como regra maior e já antiga? E até deu um grande problema aí com aquelas lojas Havan, teve uma compensação ambiental, Ver.^a Abigail, iria ser pago e nós denunciámos aqui e não foi. Quanto ao empreendimento imobiliário geralmente de porte, há necessidade de uma compensação ambiental, essa é uma regra que todos conhecem. Não há nem debate sobre isso. O que este projeto pretende aparentemente, a não ser que nos provem o contrário, mas aparentemente é isso, é que não haja mais a necessidade da compensação ambiental, ou que diminua muito a compensação. Então isso não pode ser admitido. Ora, toda luta ambiental, Ver. Marcelo Sgarbossa, que V. Exa. defendeu com muita propriedade aqui na tribuna, ela necessita de regramentos e uma dessas regras em nível de urbanidade, em nível de cidades, em nível do que não é rural, é justamente a compensação, são as medidas mitigatórias e compensatórias. As mitigatórias

diminuem os impactos no meio ambiente; as compensatórias trazem de volta parte – pelo menos – daquilo que foi prejudicado ambientalmente. Então, como é que o projeto vai atacar essa regra que é mundial? É mundial, é do Brasil, é de todas as cidades, mas é de todo o mundo. Compensação. Se não daqui a pouco, na cidade, não há verde algum! Não há nada ambiental. Pode ser só concreto. Então, a gente tem que ter muito cuidado, e, nesse caso, como o projeto aparentemente propositalmente é confuso, ele dá a entender que não haverá mais a necessidade da compensação ou a sua diminuição gigantesca é suficiente. Nós temos que votar contra. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 002/23, por uma sessão, para que nós possamos esclarecer as dúvidas da oposição e que a gente construa para que, na próxima sessão, possamos votar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1257/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 081/21, de autoria das Ver.^{as} Bruna Rodrigues e Daiana Santos, que inclui inc. V no art. 4º da Resolução nº 1.319, de 18 de julho de 1996 – que institui o Código de Ética Parlamentar –, e alterações posteriores, vedando a prática de violência política de gênero. **(SEI 209.00187/2021-48)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relatora Ver.^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cezar Augusto Schirmer: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por uma Sessão em 05-04-23;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PR nº 081/21](#). (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Então, este é daqueles projetos que nos deixam com o coração na mão. Mexe com a moral, mexe com a ética, mexe com muita coisa que a gente diz muitas vezes: “Se tu não votares nesse projeto, tu és homofóbico, tu és machista”. E não é bem assim – não é, gente? Vamos lá, nós temos uma Comissão de Ética muito forte agora instalada nesta Câmara de Vereadores. E, a partir dessa Comissão de Ética, é que deve haver as denúncias, sejam de homens, sejam de mulheres. Vejam, senhores, se eu fosse uma vereadora mulher que quisesse aqui trazer algo sobre violência política de gênero, semana retrasada, eu poderia ter trazido, porque o Ver. Comassetto, depois que eu fiz uma fala, inclusive aqui entre os vereadores, me olhou e disse: “Fica quieta, tu só falas bobagem!” Jesus! Para uma mulher! Ou seja, se eu tivesse no sentimento de que isso foi para mim, mulher, eu com certeza, estaria aportando o meu “sim” para este projeto. E não tem nada a ver, se eu me sentir, enquanto parlamentar, independentemente do sexo, mulher, homem, hétero ou não, invadida na minha privacidade, invadida naquilo que eu chamo de meu sentimento, a minha opinião, a minha liberdade de expressão enquanto parlamentar, eu vou incluir esse colega na Comissão de Ética e ponto final. Eu acredito que nós não podemos esvair, tirar à força da Comissão de Ética, colocando mais um projeto, Ver.^a Cláudia, que fale mais do mesmo. A Ver.^a Mônica é Procuradora desta Casa, e eu tenho certeza que faz toda a defesa das mulheres, mulheres fortes não precisam desses artifícios. Aliás, este projeto de lei das duas vereadoras, que eu respeito – e cada vereador aqui tem direito de votar o projeto que bem entender –, para mim, tem um nome, é o projeto de que essas vereadoras se sentiram ofendidos por conta do Ver. Bobadra, é projeto do Ver. Bobadra. Agora, tem Comissão de Ética. Não vamos esvaziar a Comissão de Ética, assim como, muitos aqui dizem que em muitas frentes parlamentares esvaziam as comissões. Subo aqui, enquanto mulher, até para deixar os meus colegas homens, vereadores, tranquilos que, se disserem “não”, vocês não são machistas. Quem está na chuva se molha. Homem ou mulher que aceita disputar a política, que é vereador, tem que parar com esse mimimi. Vamos nos tratar como parlamentares e ponto final. Direitos iguais perpassam deveres também iguais.

Então, eu vou dizer com todo carinho que vou votar “não” a esse projeto. Primeiro, porque ele é sexista. Eu não sou sexista. Eu quero homens junto com mulheres. Depois, porque ele esvazia a Comissão de Ética, e eu quero a Comissão de Ética, com o presidente Márcio Bins Ely, com o vice-presidente Aldacir Oliboni e com a corregedora Lourdes, cada vez mais forte nesta Casa.

Terceiro, porque, para termos direitos iguais, inclusive, nós temos que nos vestir adequadamente, porque os coitados dos homens têm que vir a esta tribuna de gravata, de terno e a igualdade não está tão boa assim. Vou aqui também falar pelos homens, e eu fico com pena até dos homens, porque vão falar um pouco a mais, um pouco mais forte na sua fala, daqui a pouco tem uma vereadora que se sente, opa, está falando assim porque sou mulher. Não, está falando assim porque você é parlamentar. Enquanto parlamentar, se você aceitou a disputa, vem fazer a disputa de igual a igual. Direitos iguais fazem com que os deveres também sejam iguais.

Então, queridos, para não se sentirem desconfortáveis em mais uma lei, em mais um projeto que fala de moral, de ética e mexe com o nosso interior, fiquem tranquilos, tenho certeza que não serão chamados de machistas. Eu, mulher, aqui voto “não” nesse projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PR n^o 081/21.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, quero me dirigir especialmente àquelas mulheres que têm a consciência da sua representação na sociedade. O que é ser mulher numa sociedade patriarcal? O que é a lei... Nós temos uma lei, Ver.^a Nádia – queria lhe informar – federal que trata desse tema; nós temos, no Código Eleitoral, já registrado, informo para senhora especialmente, que assediar, constranger, humilhar, persistir na ameaça, em qualquer meio, seja candidata a cargo eletivo ou detentora de um mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo, de discriminação, com a finalidade de impedir ou dificultar a sua campanha eleitoral, ou desempenho do seu mandato eletivo. Nós, há pouco, Presidente, homenageamos, no início desta sessão, os presidentes e as presidentes desta Casa. E aqui foi dito que, em 250 anos de Porto Alegre, esta Casa teve quatro mulheres presidentes; a Ver.^a Mônica, que está aqui, passou por esta Mesa como Presidente desta Casa, como as outras três que hoje foram homenageadas. E nós fomos testemunhas da dificuldade que foi, frente a homens, nesta Casa, que exercem e que são legitimados por posturas que não assegurem a nossa condição de igualdade para estarmos aqui. A norma em questão vai além de conceituar o tipo de violência sofrida no cotidiano por muitas das nossas parlamentares; o que nós estamos apresentando aqui, Ver. Cecchim, líder do governo, eu quero apresentar isso como uma proposta; já conversei inclusive com a Comissão de Ética que é um instrumento, é para contribuir com a Comissão de Ética, para que ela já tenha isso aqui votado, aquilo que é lei federal e que é lei eleitoral. A Comissão de Ética vai poder exercer o seu papel já com algo discutido por todas nós; portanto, eu chamo a atenção, especialmente daquelas mulheres e vereadoras que sabem exatamente do que eu estou falando. É muita pretensão de alguns vereadores acharem que a nossa energia, que a nossa capacidade de elaboração seria para um único vereador. Não! É muita pretensão, não é, gente? Eu estou falando com a sociedade, eu estou falando e comunicando que eu quero, Ver.^a Claudinha, que nós sejamos muito mais do que nove para estarmos aqui e que nenhuma mulher, ao se candidatar a ser vereadora, tema este ambiente por aqui chegar e ter que ser discriminada, ter que ouvir de muitos vereadores, inclusive, palavras assim, que nos aviltam. Portanto, eu peço aos nobres pares que aprovelem esta proposição para que a Comissão de Ética possa se servir desse instrumento, Ver. Oliboni, vice-presidente da Comissão de Ética. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PR nº 081/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas, Presidente. Eu, como vereadora de Porto Alegre no meu quarto mandato, como ex-Presidente desta Câmara, como Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher, vou votar a favor deste projeto, e por uma razão muito simples: eu sou o exemplo vivo do machismo nesta Casa quando Presidente. Eu sofri isso, está documentado, inclusive; eu, como jornalista, preparei um livro sobre política nos bastidores, e ali está documentado. Ainda, rapidamente, escrevi aqui, por uma razão muito simples. Quando Presidente, eu enfrentei os momentos mais difíceis nesta Casa de uma relação difícil com o então prefeito Nelson Marchezan, que tinha o hábito de ofender os vereadores quando algo não era do seu agrado, inclusive usando palavras extremamente agressivas e ofensivas, e eu era a Presidente; também peguei aqui a nova planta do IPTU; peguei também, como Presidente, o projeto dos cobradores, que eu, vereadora, tinha o direito de ser contra, e sou contra até hoje, porque um cobrador não cobra, ele ajuda um cadeirante, um cego, uma mulher para não sofrer assédio. Mas não aceitaram a minha opinião, me criticaram, me ofenderam, quiseram até pedir a minha saída. Eu posso ter administrado muito bem tudo, sou uma pessoa equilibrada, mas eu sei o que eu passei aqui por ser mulher, porque se fosse um homem a fazer isso diriam – porque eu vi isso aqui quando eu subia na tribuna e me posicionava – o que eu cansei de ouvir: “Hoje a presidente está nervosa”. Se fosse um homem, diriam: “Tem posição”. Também passei por aqui a prisão de um colega, os senhores lembram, cedo da manhã, de madrugada fui acordada pelas forças de segurança para abrir a Câmara porque tinham que prender um colega, um vereador. Também peguei nesta Câmara, como presidente, a exposição, as charges contra o presidente Jair Bolsonaro, que foram ofensivas, que era o presidente sentado num penico em cima da bandeira, e eu mandei retirar a exposição, a Justiça entrou contra mim, mandou eu colocar de volta. Ora, senhores, subir nesta tribuna e dar um discurso teórico, a mim não convence. Aliás, eu quero dizer para os senhores que para eu sair de casa, deixar filhos, marido, netos e a minha vida, tem que valer muito a pena. Eu sou movida por convicções e causas, não existe nada que me faça convencer o contrário senão as minhas convicções. Eu tenho consciência, eu durmo de noite, não agrado ninguém a não ser minha consciência. Nós estamos vivendo momentos muito difíceis na política, e as mulheres são as primeiras a ficar em situação desprotegida. Então este projeto acrescenta mais uma proteção para as vereadoras mulheres. A violência, o machismo velado, o comportamento machista que tanto nos provoca a fazermos reflexões tem se expressado de diferentes formas nos acontecimentos políticos, e nós assistimos isso todo dia. Acho que semana passada mesmo, nós assistimos um parlamentar colocar a cabeça nos cabelos de uma colega. Isso foi amplamente divulgado. Eu sou uma vereadora mulher, com muito orgulho, eu vou votar a favor, sim, eu nem sei qual é a sigla partidária, a autora. Aliás, quando eu voto, eu não voto no autor e nem no partido, eu voto no conteúdo. E eu sou a Procuradora da Procuradoria Especial das Mulheres; fui a única presidente da direita a

comandar o Legislativo da capital do Rio Grande do Sul, e sei bem o que eu passei, e sei bem as mulheres que se calaram quando eu fui fortemente agredida por homens – minhas colegas. Isso tem que acabar aqui! Tem que acabar! Vou votar a favor, com muito orgulho, e contem comigo para sempre defender as mulheres naquilo que é correto e justo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng.º Comassetto está com a palavra para discutir o PR nº 081/21.

VEREADOR ENG.º COMASSETTO (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, todos que nos ouvem no Rio Grande do Sul. Eu me inscrevi, exclusivamente, para dizer aqui duas coisas: a primeira é que vou acompanhar a Ver.^a Mônica Leal e a Ver.^a Biga no voto, votarei favorável; e o segundo motivo da minha fala é para dizer que a Ver.^a Nádia não usou da verdade quando subiu aí na tribuna. Eu nunca disse para ela calar a boca, nem para ela e nem para qualquer uma das colegas que aí estão. E Ver.^a Mônica, quando a senhora foi presidente, lhe demos um apoio irrestrito, não só como mulher, mas como na sua condução, e certamente este vereador terá algumas frases nesse seu livro, desta passagem por aí, assim como tivemos a primeira mulher Presidenta da Câmara, que hoje foi homenageada, a Ver.^a Margarete Moraes, que também foi a primeira prefeita em exercício, como a Ver.^a Maria Celeste, que eu tenho a honra de ser o seu vice-presidente do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, com a Ver.^a Sofia e com a Ver.^a Mônica Leal. Portanto, Ver.^a Comandante Nádia, a senhora tinha que dizer o contexto que eu disse que o que a senhora estava falando é bobagem; aí é verdade, eu acho que a senhora fala muita bobagem. Porque a senhora traz *fake news*, a senhora traz temas descontextualizados, a senhora defende a extrema direita nos atos de terrorismo e diz que não está fazendo isso, a senhora apoiou os acampamentos irregulares na frente dos quartéis e agora não quer que investigue. E o contexto que a Ver.^a Comandante Nádia diz que eu falei bobagem, eu vou repetir aqui para que fique claro para todo Rio Grande do Sul: eu, da tribuna, disse que a Ver.^a Nádia era mal agradecida, pois o maior cargo que ela ocupou na gestão da Brigada Militar, no Rio Grande do Sul, como comandante da Maria da Penha, foi empossada pelo governador Tarso Genro, do PT, e, a partir dali ela se projetou administrativamente e politicamente. Isso não é nenhum problema dizer isso, ela disse que eu estava mentindo. Então eu peço a todos ouvintes que analisem, que entrem no Google para ver quem nomeou a Comandante Nádia como comandante da Maria da Penha. Eu fui no seu ato, eu a cumprimentei, eu a abracei, eu a congratulei lá na Lomba do Pinheiro. Portanto, se nós tivermos que fazer debates políticos, sempre teremos debate forte politicamente, mas sempre respeitoso. Portanto, quero dizer aqui que não disse, não disse, para ela calar a boca, assim como não disse nunca para nenhuma das mulheres que me acompanham a vida toda, sejam as minhas quatro mulheres – minhas três filhas e minha esposa –, sejam as colegas vereadoras e as nossas assessoras da Câmara – no meu gabinete a maioria, inclusive, são mulheres. Ver.^a Comandante Nádia, tenho o

maior respeito pelo seu mandato, tenho discordância, profundamente, com a sua postura política, principalmente quando a senhora se direcionou em direção ao fascismo, em direção à extrema direita defendendo o cara que foi o mais sanguinário, a negação da vacina que matou 700 mil pessoas, destruiu este País, matou e estava na extinção da Nação Ianomami, assim como muitos crimes à humanidade. Ainda bem que vai ter a votação, agora, do projeto das *fake news* e nós vamos poder disciplinar e responsabilizar melhor tudo isso. O meu voto será favorável ao projeto. Muito obrigado Presidente; obrigado colegas vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PR nº 081/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, o projeto da ex-vereadora Bruna, hoje deputada, na verdade é um copia e cola de um projeto sancionado por Bolsonaro. Então, na verdade, o PCdoB está trazendo para dentro do código de ética uma lei sancionada pelo presidente Bolsonaro que eles tanto atacam. Essa lei, na verdade, é de uma deputada do Republicanos, do Rio de Janeiro, que sempre foi ligada às questões de direitos humanos e assim por diante. Essa Ver.^a Bruna Rodrigues foi aquela que achou crianças numa escola, perguntando se elas não se sentiam culpadas por causa de racismo. Eu me lembro inclusive que a Mari Pimentel, minha colega de bancada, entrou na justiça contra esse absurdo cometido por essa vereadora que agora está querendo copiar e colar um projeto aprovado pelo governo Bolsonaro.

Além disso, o Ver. Jonas Reis, desta Casa; vereador, o senhor poderia ter sido implicado por ter atacado a Ver.^a Mari Pimentel no começo da legislatura. Lembram-se dos áudios? Lembram-se que o Ver. Jonas também acabou atacando a Ver.^a Mari que estava querendo entrar, e entrou com maestria na pauta da educação...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está querendo censurar, Ver. Robaina? Quer me censurar? Ah, bom, eu estou debatendo aqui. É que o senhor falou... Podemos discutir. Podemos discutir, vereador. Muito bem.

Então, a Ver.^a Mari, que entrou com maestria na pauta de educação, hoje, aliás, é reconhecida na cidade como uma vereadora proeminente na área da educação pública, foi atacada por Jonas Reis.

O deputado citado pela Mônica Leal é um deputado de esquerda, que foi lá e deu uma fungada no cangote; sei lá o que fez com a deputada bolsonarista. O [Código Eleitoral](#) prevê 67 crimes passíveis de punição, e a Ver.^a Bruna está querendo trazer este para dentro do Código, então vamos colocar outros 66! Eu, em tese, não vejo óbice nesse projeto, porque já está na lei federal; agora, mesmo votando “sim” a esse projeto, eu quero

dizer que eu não concordo em absoluto com a fala marxista cultural, essa papagaiada de sociedade patriarcal e blá-blá-blá, não! Eu combato o marxismo cultural, inclusive respeitando as mulheres. Quanto ao mérito, não há problema nenhum em trazer para dentro do Código de Ética algo que está numa lei federal e que está acima do Código de Ética, inclusive. Nós temos o Código Eleitoral de 1965, que prevê algo semelhante, temos a lei dos partidos, temos a lei das eleições, temos a lei, repito, sancionada por Bolsonaro – e é lá que a Bruna vai e faz um copia e cola –, então, na verdade, é até uma coisa meio inócua, a gente está chovendo no molhado. Eu só quero dizer que eu não concordo com a narrativa marxista do mimimi, de patriarcado, de não sei o que lá, essa fala eu não concordo. Trazer para dentro do Regimento um dispositivo que já está em farta legislação federal, não vemos problemas, só que agora vão começar a botar todos os crimes previstos nessas quatro leis para dentro do Código de Ética, Sr. Presidente, e vai virar um trambolho enorme. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PR nº 081/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate; V. Exa., Ver. Tiago, vem aqui falar no meu nome e não conhece a minha história – não conhece a minha história! –, não sabe do que é feito o PT, desconhece porque tem uma intenção aqui: a intenção de trabalhar com um recorte da realidade. Então eu quero indicar a V. Exa., se quiser conhecer a história do Ver. Jonas aqui, vá às notas taquigráficas que o senhor verá as minhas falas, o histórico de debates nesta Casa, as proposições que eu faço. Então, ao invés de V. Exa. usar uma pauta importante, um projeto importante para discutir ideias, vem discutir pessoas. Nós não podemos confundir o debate; vamos trabalhar com aquilo que precisa melhorar. Vim aqui realmente para dizer do meu apoio a essa proposição, mas dizer da minha inconformidade com as palavras que o senhor dirige à minha pessoa. Vossa Excelência se equivoca, erra muito, mas talvez seja algo de praxe do Partido NOVO, de tentar deturpar a positividade dos projetos, porque tem que fazer um debate estritamente ideológico. Não, nós precisamos, todas e todos, combater a violência de gênero. Então peço ao senhor responsabilidade neste momento e não misturar alhos com bugalhos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. José Freitas, o PR nº 081/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente Hamilton, nós queremos registrar aqui o nosso agradecimento a tamanha sensibilidade, eu, o Ver. Giovani, em nome da Bruna e da Daiana, que apresentaram – mas especialmente da nossa Procuradora

da Mulher, que aqui se expôs ao dar o seu depoimento do quanto representa esta votação. É extremamente simbólica. Parabéns e muito obrigada aos nobres pares.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigada, Ver.^a Biga, feito o registro.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 175/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 175/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito à Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Bom feriado, um bom 1º de Maio a todos.

(Encerra-se a sessão às 17h27min.)

* * * * *